



Recebido em:
23/07/2017
Aprovado em:
25/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE BARREIRAS/BAHIA: ELEMENTOS PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA

CARLA CASSIANA LIMA DE ALMEIDA RIBEIRO

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO

O presente trabalho resulta de uma pesquisa que objetivou investigar a existência e o funcionamento de mecanismos de participação da família na gestão de escolas municipais na cidade de Barreiras-Bahia. Para a coleta de dados, utilizamos um questionário semiestruturado, respondidos por 27 (vinte e sete) gestores de escolas municipais de Barreiras. Para subsidiar o estudo, buscamos apoio teórico em SANDER (2007); PARO (2016); LÜCK (2011); LIBNEO, OLIVEIRA e TOSCHI (2012); BORDENAVE (1986). Os dados da pesquisa revelam a existência e o funcionamento de mecanismos formais de participação, notadamente de conselho escolar, conselho de classe e associação de pais e mestres.

Palavras-chaves: Gestão Democrática. Mecanismos de Participação. Família.

ABSTRACT

This work results from a research conducted to investigate existence and behavior of family participation mechanisms in public schools management in Barreiras-Bahia. A semi-structured questionnaire, answered by 27 (twenty-seven) school principals from Barreiras public schools, was used to collect data. Theoretical support was seek at SANDER (2007); PARO (2016); LÜCK (2011); LIBNEO, OLIVEIRA e TOSCHI (2012); BORDENAVE (1986). Data revealed the existence and the behavior of formal mechanisms of participation, mainly school councils, student evaluation boards, and parent-teacher associations.

Keywords: Democratic Management. Mechanisms of participation. Family.

1. INTRODUÇÃO

A abordagem dos mecanismos de participação da família na escola pressupõe a revisão de alguns elementos conceituais e políticos que marcaram a constituição da administração e da gestão educacional no Brasil, uma vez que participação como princípio institucional, resultou da superação de inúmeras fases e modelos de perspectivar a relação da educação escolar com a sociedade.

Em uma perspectiva histórica, a administração da educação escolar no Brasil é marcada pelo modelo de

administração pública, tensionada pela política econômica, científica e cultural deste país (SANDER, 2007). No período colonial, a organização e o desenvolvimento de práticas de administração da educação foi pautada no enfoque jurídico, tradicional do direito romano, de caráter normativo, dedutivo, prescritivo e regulatório, bem como a pouca expressividade da educação escolar, implicaram na inexistência de uma administração específica para o contexto educacional.

O enfoque jurídico somado aos valores do Cristianismo pela Igreja Católica Romana, no século XIX, foi ampliado pelos ideais do Positivismo, os quais implicaram no surgimento de “modelos hipotético-dedutivos e normativos, preocupados com a manutenção da ordem e do progresso no funcionamento das instituições e sistemas de ensino” (SANDER, 2007 p. 25). Tais modelos, guardados suas permanências e rupturas, são dimensionados na administração da educação no período republicano brasileiro, conforme indicação no quadro 01, a seguir:

Quadro 01: Fases e modelos de Administração da Educação

ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO		
FASES	MODELOS	CARACTERÍSTICAS
Organizacional	Eficiência	Enfoque tecnoburocrático; Princípios gerais e universais da escola clássica de Administração; Eficiência: economia e produtividade. Critério de desempenho econômico.
Comportamental	Eficácia	Enfoque comportamental e psicossociológico; Princípios das ciências da conduta humana; Eficácia: consecução de objetivos. Critério de desempenho pedagógico.
Desenvolvimentista	Efetividade	Enfoque desenvolvimentista/ modernização da Administração Pública; Princípios da economia da educação e Concepções Pedagógicas Produtivistas; Efetividade: satisfação de demandas concretas da sociedade. Critério de desempenho político.
Sociocultural	Relevância	Enfoque Sociocultural Princípios das Ciências Sociais Aplicadas afinados com a cultura brasileira. Relevância: desempenho administrativo em termos de importância, significação, pertinência e valor. Critério de desempenho cultural.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de SANDER (2007)

A fase organizacional é datada do início do século XX, tempo de importantes movimentos reformistas na administração do Estado e na gestão da educação brasileira, notadamente pela contribuição dos ideais da Escola Nova. No entanto, em função da necessidade de alinhamento dos interesses econômicos para o desenvolvimento do capital, o sistema de organização da educação manifestou-se com forte predomínio do enfoque tecnoburocrático, assumindo características de um “modelo-máquina”, com foco na economia, na produtividade e na eficiência.

Nesse sentido, a gestão da educação assume um modelo de administração para a eficiência, inspirada na escola clássica de administração, no qual as escolas eram compreendidas como sistemas fechados, técnicos e de ritos burocráticos. A racionalidade instrumental e a produtividade operacional atribuíram a escola e, conseqüentemente a sua função social um sentido de uma instituição pautada na relação produto/resultado.

Por sua vez, no contexto da II Guerra Mundial, a fase comportamental na tentativa de romper com princípios e práticas tradicionais da escola clássica de administração, intenta valorizar a dimensão humana na administração, amparados em ciências que estudam a conduta humana em sociedade. Destaca-se a interação entre a dimensão individual e a dimensão institucional na administração.

Uma importante contribuição na fase comportamental, derivou-se da perspectiva fenomenológica, que trouxe à tona a necessidade de compreender a gestão da educação como instrumento de interpretação da realidade educacional, visando à consecução dos objetivos pedagógicos das instituições escolares. A eficácia pedagógica é o conceito chave para o modelo de administração nessa fase, implicando no entendimento de organização como sistema cooperativo. Segundo Sander (2007, p. 79) a consecução dos objetivos educacionais e institucionais sobrepõe-se aos aspectos utilitários e extrínsecos de tipo econômico, o critério da eficácia pedagógica da administração educacional sobreleva o de eficácia econômica.

O Pós Segunda Guerra Mundial marca o advento da fase desenvolvimentista. Os países que foram afetados direto ou indiretamente pelas conseqüências da guerra, adotaram perspectivas de administração com foco na reconstrução econômica. Para tanto, priorizaram políticas e planos que possibilitassem a modernização da administração pública. Nessa lógica, o campo da educação e sua administração são considerados importantes instrumentos para o desenvolvimento econômico, a partir dos princípios, entre outros, da teoria do capital humano. Ademais no Brasil, os modelos educacionais são representados pelas concepções pedagógicas produtivistas.

Nesse entendimento, a efetividade como critério de desempenho político orienta a administração da educação e da gestão escolar. Segundo Sander (2007) a efetividade supõe um compromisso real com as demandas políticas da sociedade, exigindo envolvimento e participação dos membros da comunidade.

No contexto dessa fase, vale destacar o indicativo da participação da comunidade nas decisões institucionais, como requisito de efetividade política e social. Ainda que nesta fase, a participação não se institua como ação concreta da gestão, sua referência demarca um entendimento da necessidade e importância da participação nos processos decisórios da gestão educacional.

Contrapondo o enfoque desenvolvimentista da administração educação, a fase sociocultural se pauta no pensamento crítico de educação, sob a influência das Ciências Sociais Aplicadas, para postular um sistema de administração baseado em valores culturais e políticas da sociedade brasileira. Nega-se a lógica de administração pela racionalidade técnica, pelos valores jurídicos e econômicos, acentuados pelas fases anteriormente citadas.

A organização é concebida como sistema “aberto e multicultural” (SANDER, 2007, p. 82), onde o desempenho administrativo é sinônimo de relevância cultural. A finalidade primacial é a melhoria do desenvolvimento humano e qualidade de vida dos sujeitos na formação escolar e no cotidiano da sociedade como um todo.

Notadamente na década de 1980, em face da conjuntura de redemocratização da sociedade brasileira, movimentos de reação aos princípios e valores tecnoburocrático, economicistas que influenciavam a administração e a gestão educacional no Brasil são ampliados em prol da construção de novos marcos conceituais e políticos para o campo da educação.

Nesse contexto, que Sander (2007) denomina de Administração da Educação na Contemporaneidade, a perspectiva teórica da gestão democrática cujo princípio fundante é a participação se institui como a nova perspectiva para enfrentar os desafios da educação escolar no Brasil. A Constituição Federal de 1988 ao definir, em seu artigo 206,

inciso VI, a gestão democrática como princípio da educação escolar, instiga os movimentos de superação de modelos de administração de racionalidade técnica, instrumental, burocrática e econômica.

Na condição de lei complementar da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.396/1996, Art. 3º, inciso VIII, reafirma a Gestão Democrática como condição para a democratização da escola pública, respaldando assim, a elaboração de políticas institucionais de gestão colegiada, de melhoria da qualidade da educação.

Nesse interim, de 1988 até primeiras décadas do século XXI, observa-se que a gestão democrática materializada pelos mecanismos de participação da família na escola é uma prescrição legal, que seu processo de construção demanda esforços coletivos, em rede.

Sobre essa realidade, Lück, Freitas, Girling e Keith (1998, p. 17) afirmam que [...] a participação, em seu sentido dinâmico de inter-apoio e integração, visando construir uma realidade mais significativa, não se constitui em uma prática comum nas escolas, ainda que sejam uma diretriz a ser implementada pelo sistema público de ensino.

Assim, tomando como referência os marcos legais e a necessidade educacional de instituir integralmente a gestão democrática, duas indagações complementares nortearam o presente estudo, quais sejam: (i) existem mecanismos formalmente constituídos de participação da família nas escolas municipais da cidade de Barreiras-Bahia (ii) De que forma esses mecanismos tem funcionado e assegurado a participação da família na gestão escolar

Nesse sentido, a pesquisa objetivou investigar a existência e o funcionamento de mecanismos de participação da família na gestão de escolas municipais na cidade de Barreiras-Bahia.

Em um contexto singular da escola pública, desenvolvemos a produção de dados por meio de pesquisa campo, que ocorreu em escolas do município de Barreiras, localizado na Região Oeste da Bahia, Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, distante a 867 km de Salvador. A rede pública municipal de ensino de Barreiras é formada por 77 (setenta e sete) escolas, sendo 49 (quarenta e nove) localizadas na cidade e 28 (vinte e oito) localizadas no campo. No ano de 2016, foram registradas 21.147 matrículas de estudantes na educação infantil e ensino fundamental (BRASIL/INEP, 2016).

O instrumento proposto para a coleta de dados foi um questionário semiestruturado *on line*, hospedado no survey monkey. O mesmo foi enviado por e-mail para membros da equipe gestora das escolas. Considerando a dificuldade das instituições localizadas no campo de acesso à internet, optamos pela coleta nas escolas localizadas na cidade. Assim, das 49 (quarenta e cinco) escolas, 55% participaram da pesquisa, mediante o preenchimento do questionário por diretores/as e ou vice-diretores/as.

2. OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A perspectiva da gestão democrática nas escolas públicas, representa a superação dos modelos de administração com fundamento em valores tecnoburocráticos, comportamentais e de modernização econômica, na medida em que possibilita a construção de espaços de participação, responsabilidades compartilhadas de tomada de decisão e exercício da cidadania.

Entendemos, assim como Dourado (1998, p. 79) que a gestão democrática:

É um processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas.

As estruturas de poder autoritário que são característicos dos modelos de administração anteriormente citados, podem, na ótica da gestão democrática, serem repensadas, flexibilizando e mudando a dinâmica do trabalho na

escola, quando diferentes sujeitos participam do processo de definição dos objetivos, de ações em prol do cumprimento da função social da escola.

Esse entendimento está presente no relato de 40% dos participantes da pesquisa, ao afirmarem que:

É importante o envolvimento da comunidade no planejamento, na tomada de decisões e nas ações da escola. (Gestora 20)

Envolvimento da comunidade escolar, em todas as ações, através da participação, diálogo, divisão de responsabilidades e na tomada de decisões, o que contribui para uma educação de qualidade (Gestora 19)

Participação da comunidade nas decisões, planejamento das políticas no ambiente escolar (Gestora 26)

Envolvimento da comunidade escolar nas ações desenvolvidas pela gestão da escola (Gestora 10)

Os destaques sobre tomada de decisão coletiva, presentes nos relatos acima, evidenciam o que Lück, Freitas, Girling e Keith (1998) denominam de compartilhamento de autoridade, delegação de poder e responsabilidade assumida em conjunto, características de uma gestão participativa.

Nesses termos, para que a participação, que já é uma indicação legal, seja viabilizada se fazem necessários à existência de mecanismos que favoreçam a aproximação e o envolvimento da comunidade na gestão da escola (LÜCK, 2011; DOURARO, 1998; FERREIRA, 2006).

Trabalhamos com o entendimento os mecanismos¹ são espaços de representações dos segmentos da comunidade, que mediante o trabalho coletivo, estimulam o diálogo, a descentralização, a participação e a autonomia e as decisões em prol do cumprimento de sua função social da escola pública. Nesse sentido, existe um conjunto que são formalmente apresentados como mecanismos de participação, quais sejam: conselho escolar, conselho de classe, associação de pais e mestres e grêmio estudantil (DOURADO E DUARTE, 2001).

O conselho escolar é um órgão de caráter consultivo e deliberativo sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.

O conselho de classe é um espaço de participação da comunidade na gestão escolar e no processo de ensino e aprendizagem. Em tal ótica, difere do clássico conselho que acontece ao final das unidades letivas com foco exclusivo nas decisões sobre o desempenho dos estudantes.

A associação de pais e mestres é um espaço formado por Pais, professores e funcionários da escola, possibilitando maior aproximação entre esses sujeitos, constituído com fins de aprimoramento do processo educacional e apoio ao estudante.

O grêmio estudantil é um mecanismo de participação dos estudantes, que possibilita maior envolvimento nas questões do cotidiano escolar e no processo de tomada de decisão. Constitui-se um direito legal, caracterizado como órgão independente da direção da escola ou de qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reivindicada pela instituição (VEIGA, 1998, p. 122).

No levantamento de dados com os participantes da pesquisa, 100% afirmaram que a escola onde trabalham possuem mecanismos de participação das famílias. No entanto, identificamos a inexistência de, pelo menos, um mecanismo comum a todas as escolas. Das 27 (vinte e sete) instituições: 9 (nove) afirmaram que possuem conselho escolar e reunião de pais; 02 (duas) indicam a existência de conselho escolar, conselho de classe e reunião de pais; 01 (uma) associação de pais e mestres; 15 (quinze) indicaram como mecanismo de participação apenas a reunião de pais.

Desses dados acima, é importante destacar que, a reunião de pais, indicada por 24 (vinte e quatro) das escolas participantes, equivalente a 89%, não é citada na literatura sobre o tema, como mecanismo formal de participação da família, ainda que a atividade de reunir pais e/ou responsáveis pelos estudantes seja uma prática rotineira nas escolas (DOURADO E DUARTE, 2001; PARO 2016).

Ainda sobre a reunião de pais, observamos que das 24 (vinte e quatro) escolas, 21 (vinte e uma) escolas utilizam os momentos coletivos para tratar do processo de ensino aprendizagem, notadamente com divulgação de desempenho dos estudantes, da indisciplina e outras questões relacionadas a atividades culturais e pedagógicas, como exemplificam os registros dos gestores, a seguir.

Reunião para apresentar e entregar os resultados da unidade, para apresentar informes pedagógicos e mostrar as atividades (Gestora 4)

Controle da indisciplina. Acompanhamento das atividades. Tomada de decisões importantes. Acompanhamento do rendimento por unidade (Gestora 25)

Participação com sugestões para a melhoria do ensino aprendizagem,, bem como o espaço físico da escola (Gestora 22)

Reuniões bimestrais, momentos de integração onde os pais tem a oportunidade de saber o que as crianças fazem e aprendem (Gestora 26)

Em outra perspectiva, a reunião de pais é realizada em 3 (três) escolas como uma instância de análise, discussão, tomada de decisões sobre aspectos administrativos, de estrutura física e pedagógica. Isso exemplifica que, para esses gestores a reunião é um instrumento de participação no âmbito da gestão escolar, como indicam os relatos abaixo:

Envolvimento da comunidade através da participação, diálogo e tomada de decisões (Gestora 19)

Instrumentos de gestão democrática e de acompanhamento responsável da prática educativa que desenvolve uma escola visando sua função política-pedagógica (Gestora 5)

Participação ativa nas tomadas de decisões na escola. São presentes nas reuniões de pais e mestres (Gestora 16).

Diante do exposto e corroborando com Lück (2011), quando afirma que os mecanismos de participação na escola podem promover a democratização das estruturas educacionais, mediante o envolvimento dos segmentos da comunidade na organização da escola, repensando e planejando seus conteúdos e fins, é que percebemos que o processo de implantação e funcionamento dos mecanismos de participação da família precisa ser uma prática mais efetiva, abrangente e integradora.

Dizemos isso porque não foi identificado em nenhuma das instituições participantes da pesquisa, o grêmio estudantil. Também o maior número de mecanismos encontrados em uma mesma instituição é dois. Se esses espaços, ainda que complementares, tem finalidades específicas e a ausência de um deles inibe a ampla participação no âmbito da gestão democrática. Como afirmam Libanêo, Oliveira e Tochi (2012, p. 450) a participação é o principal meio de assegurar na gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escola.

Sobre o funcionamento dos mecanismos de participação os dados indicam que existe regularidade de reuniões, com

pautas específicas sobre questões de ordem administrativa, financeira e pedagógica. Nos mecanismos existentes nas escolas, os quais consideramos como espaços formais, os gestores participantes indicaram as ações desenvolvidas no conselho escolar, no conselho de classe e na associação de pais e mestres. Em linhas gerais, observamos que por meio dessas instâncias, os gestores abordam demandas para, coletivamente identificarem possíveis soluções e decisões. É unânime o entendimento de que a participação é necessária e impulsionadora do alcance dos objetivos formativos da escola. Compartilhar responsabilidades é a tônica do depoimento dos gestores para os mecanismos de participação de forma geral.

Nas 11 (onze) instituições que afirmaram ter o colegiado escolar, o funcionamento em termos da natureza das ações, foi assim apresentado:

Funciona para resolver problemas referentes aos recursos financeiros e como espaço de debates sobre os aspectos pedagógicos (Gestora 22).

No colegiado escolar os pais participam no acompanhamento dos recursos financeiros e nas ações administrativas da escola (Gestora 6).

No colegiado escolar propomos alternativas de solução dos problemas de natureza administrativa e pedagógica (Gestora 26).

Nas 2 (duas) que sinalizar a existência do conselho de classe, o funcionamento em termos da natureza das ações, foi assim apresentado:

O conselho de classe funciona como um momento de participação da equipe pedagógica da escola, dos líderes e vice-líderes das turmas (alunos). Tem como objetivo discutir as aprendizagens dos alunos, buscando possíveis soluções e avaliar o trabalho bimestral de toda a equipe (Gestora 5).

Uma das ações realizadas é a reunião com gestores, alunos e professores para listarmos dificuldades, avanços e sugestões para as turmas, a fim de melhorar as dificuldades de aprendizagem e indisciplina. (Gestora 4).

Na instituição onde existe a associação de pais e mestres, a gestora 19 afirmou que por meio desse mecanismo ocorre a eleição da diretoria, o envolvimento da comunidade no planejamento, na tomada de decisões e nas atividades da escola.

Esses relatos evidenciam que, por meio do conselho escolar, do conselho de classe e da associação de pais e mestres, a participação é fato. No entanto, cabe destacar que, a depender do significado de participação dos envolvidos e sua condução, a família pode “fazer parte, sem tomar parte” (BORDENAVE, 1983, p. 22). Isso acontece quando ela está presente, mas efetivamente não é protagonista no processo de tomada de decisão. Esse destaque torna-se pertinente, pois a gestão democrática, que tem como um dos princípios a participação, requer que todos os segmentos do processo educativo se tornem partícipes ativos na definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação.

Em relação aos aspectos que contribuem para o funcionamento dos mecanismos, em sua maioria (89%), dos gestores, anunciam o clima de confiança, de parceria, diálogo, responsabilidades compartilhadas, colaboração dos pais e, de forma geral o reconhecimento da escola com um espaço de todos e para todos.

Aspectos que inibem o funcionamento dos mecanismos formais de participação foram apresentados por 51% dos gestores. Nesse caso, dos pontos se destacaram: a conciliação de horários dos profissionais da escola com os dos pais e a frequência inconstante da família nas reuniões.

De maneira geral, existe o reconhecimento dos gestores que participaram da pesquisa que, os aspectos que

contribuem superam os que inibem. Entendemos que a implantação e o pleno funcionamento desses espaços de representações dos segmentos da comunidade, por essência, possibilitam a formação e o exercício da cidadania. A efetividade de cada um resulta de um trabalho de sensibilização permanente, dialógico e interativo. Os desafios existem, porém com inúmeras possibilidades de concretização da gestão democrática.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta a existência de mecanismos formais de participação da família na gestão, em escolas da rede municipal na cidade de Barreiras-Bahia, constituindo um passo importante na construção da escola pública e na gestão democrática como princípio constitucional.

Os dados sugerem a implantação de outros mecanismos de participação nas escolas, que pela especificidade de suas naturezas e dinâmicas de funcionamentos poderão (re) significar e qualificar a gestão colegiada. Ainda que existam práticas de participação, a exemplo da reunião de pais, a formalização de espaços institucionais para a família tomar parte das decisões administrativas, financeiras e pedagógicas é uma conquista histórica, mesmo que em construção.

É importante que no processo de implantação e funcionamento desses espaços, o sentido da participação seja dimensionado como processo organizacional em que os profissionais da escola e a família compartilhem, institucionalmente o planejamento e as decisões em prol da qualidade da escola.

A escola na condição de instituição social que tem como conteúdo formativo o exercício da cidadania, necessita construir a gestão democrática pela práxis do fazer escola. Promovendo a participação que os profissionais da escola, a família e os estudantes, aprendem a serem sujeitos ativos, proativos e responsáveis pelo projeto educativo da escola.

REFERÊNCIAS

BODENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Censo Escolar, 2011-2015**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 25 jun. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. A escola de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática na Educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. **Progestão**: Como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

LIBNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação políticas, estruturas e**

organização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

LÜCK, Heloísa. FREEITAS, Katia Sirqueira. GIRLING, Robert. KEITH, Sherry. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. **A gestão Participativa na Escola.** Vozes. 2011. Série: Cadernos de gestão. V.III.

_____. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional.** Vozes. 2011. Série: Cadernos de Gestão. Vol. II.

FERREIRA, Naura Syria. AGUIAR, Márcia Angela da S. (org). **Gestão da Educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SANDER, Beno. **Administração da Educação no Brasil:** genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Campinas. Papirus, 1998.

NOTAS:

[1] Graduada em Pedagogia, com especialização em Avaliação da Aprendizagem e Educação Especial, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. É membro do Grupo de Pesquisa Educação, Inclusão Educacional e Diversidade / UNEB.

E-mail: ccassiana@hotmail.com

1 Consideramos que a eleição para escolha dos diretores escolares um instrumento para o exercício da gestão democrática, que contribui significativamente para a existência e funcionamento dos mecanismos de participação da família.